

CORPOREIDADES NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS REALIZADAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS: O CASO DA AV. OLÍVIA FLORES EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Helaine de Souza Araújo¹
Naiara Souza de Almeida Dias²
Larissa Araújo Coutinho de Paula³
Ana Emília de Quadros Ferraz⁴

RESUMO

Sendo os espaços públicos urbanos um produto social, estes carregam em si as relações de produção e reprodução. As contribuições de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço não descartam a importância do entendimento do corpo nesse processo, indo além das relações sociais econômicas como comumente interpretado pela geografia brasileira. Visando contribuir com essa discussão, a Av. Olívia Flores em Vitória da Conquista – BA é elencada como exemplo empírico deste estudo. O percurso metodológico adotado partiu de uma pesquisa teórica seguida de observações sistematizadas no espaço público investigado, com aplicação de questionários, possibilitando reflexões sobre os corpos que se apropriam desse espaço e as relações sociais desenvolvidas nos processos de apropriação. Este artigo objetivou contribuir com as discussões relativas a temática abordada, evidenciando a contribuição que o viés da corporeidade pode agregar em investigações acerca das práticas socioespaciais realizadas em espaços públicos urbanos, servindo de base para o questionamento do caráter público desses lugares.

Palavras-chave: Espaço público; Produção do espaço; Corporeidade; Av. Olívia Flores.

ABSTRACT

As urban public spaces are a social product, they carry within them the relations of production and reproduction. Henri Lefebvre's contributions on the production of space do not discard the importance of understanding the body in this process, going beyond social economic relations as commonly interpreted by Brazilian geography. Aiming to contribute to this discussion, Av. Olívia Flores in Vitória da Conquista – BA is listed as an empirical example of this study. The methodological path adopted started from theoretical research followed by systematized observations in the public space investigated, with the application of questionnaires, enabling reflections on the bodies that appropriate this space and the social relations developed in the processes of appropriation. This article aimed to contribute to discussions regarding the topic addressed, highlighting the contribution that the corporeality bias can add to investigations into socio-spatial practices carried out in urban public spaces, serving as a basis for questioning the public character of these places.

Keywords: Public space; Production of space; Corporeality; Av. Olívia Flores.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo UESB, helainemp@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo UESB, naiarasadias@gmail.com;

³ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, coutinholacp@gmail.com;

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, anaemiliaferraz@uesb.edu.br.

INTRODUÇÃO

A introdução deverá conter resumo teórico sobre o tema, apresentação da pesquisa, justificativa implícita, objetivos, síntese metodológica e resumo das discussões e resultados da pesquisa, além de apresentar uma síntese conclusiva acerca do trabalho desenvolvido.

Os espaços públicos urbanos são locais de possibilidade de produção social do espaço, sendo que esse processo abarca em si as relações sociais que se desenvolvem entre os sujeitos. Serpa (2004, 2018) afirmou que o entendimento dos espaços públicos não deve prescindir da análise de sua forma e conteúdo de modo simultâneo. Essa compreensão não consiste na sobreposição de análises das configurações físicas seguida das dinâmicas sociais identificadas no espaço, mas perpassa pelo entendimento da dialética existente entre essas variáveis. O processo de produção do espaço ocorre em um movimento constante ao longo do tempo, no qual a sociedade, ao se reproduzir, produz um espaço e se apropria dele como condição e meio para sua reprodução (Carlos, 2020b). Isso revela a importância da compreensão das relações sociais, que são também espaciais, na produção dos espaços públicos urbanos.

Lefebvre (1991), ao desenvolver sua teoria de produção do espaço, destacou como uma das três dimensões inerentes a esse processo as práticas espaciais, que se traduzem nos meios pelos quais o ser humano percebe o espaço no qual vive através do próprio corpo. Os contributos de Lefebvre (1991), que datam da década de 1970, orientam atualmente diversos estudos dentro da geografia, especialmente aqueles enquadrados dentro da perspectiva crítica desta ciência, entretanto o campo de trabalhos acerca da importância do corpo no processo de produção dos espaços ainda possibilita reflexões.

Visando contribuir com o desenvolvimento dessa temática, esse artigo foi elaborado com o intuito de estabelecer um vínculo entre a análise da produção de espaços públicos urbanos, baseada na teoria lefebvriana de produção do espaço, e as corporeidades dos sujeitos que se apropriam desses espaços enquanto se relacionam socialmente por meio das práticas socioespaciais. Este artigo não responde diretamente uma questão, mas objetiva fomentar uma discussão sobre o entendimento das práticas socioespaciais como caminho para compreensão da produção dos espaços públicos urbanos, ao tomar como referência o viés da corporeidade. A corporeidade entra nesse estudo como contribuição e complementação à compreensão das relações que se estabelecem entre os sujeitos, principalmente no que diz respeito a forma como os corpos se relacionam com o processo de produção desses espaços.

Isso posto, esse artigo está organizado em três partes, sendo o intento da primeira contextualizar e conceituar os espaços públicos urbanos dentro do processo de produção das

abordando as teorias de Lefebvre (1991) sobre a produção do espaço e o direito à cidade, bem como os contributos de Serpa (2004, 2018) e Carlos (2020a) sobre a utilização dos espaços públicos, que é permeada de apropriações privadas e disputas pelo espaço. Em seguida se desenvolveu, na segunda parte, uma revisão teórica sobre a corporeidade dentro do processo de produção do espaço, considerando que o mesmo é produzido por meio das relações sociais que são realizadas ao longo do tempo pelas pessoas e que essas pessoas possuem um corpo que não existe sem o espaço produzido.

Ao considerar que o corpo é inerente ao processo de produção do espaço, o conhecimento de marcadores interseccionais contribui com a compreensão da realidade concreta das relações sociais realizadas em um espaço e para tal as contribuições de Ratts et al (2016), Ramos e Milani (2022) e Silva, Ornat e Junior (2019), entre outros autores, serão utilizadas. E por último, na terceira parte desse trabalho, a Av. Olívia Flores foi elencada como exemplo empírico de como a análise das práticas socioespaciais realizadas em espaços públicos pode ser enriquecida por meio do entendimento das corporeidades dos sujeitos usuários, através dos marcadores interseccionais de gênero, raça, escolaridade e faixa de renda.

METODOLOGIA

Para garantir que o objetivo traçado possa ser alcançado, o percurso metodológico estabelecido para esse estudo consistiu, inicialmente, em uma pesquisa bibliográfica, na qual uma discussão teórica foi desenvolvida tendo como base autores que possuem contribuições importantes sobre o tema. Em seguida, intencionando demonstrar empiricamente os tópicos percorridos, observações sistematizadas foram realizadas na Av. Olívia Flores em Vitória da Conquista – BA, nas quais buscou-se observar a associação entre os sujeitos que se relacionam enquanto se apropriam desse espaço público e alguns marcadores interseccionais que caracterizam seus corpos nesse processo. A coleta de dados foi complementada pela aplicação de 49 questionários.

Primeiramente um reconhecimento prévio da Av. Olívia Flores foi realizado nos dias 03 de agosto de 2022, às 14h00 e no dia 25, do mesmo mês, às 10h00. O objetivo dessas primeiras visitas ao espaço público estudado foi a identificação da configuração física do mesmo, bem como a formação de uma maior proximidade com o objeto de estudo. Após isso, as observações sistematizadas ocorreram no período entre setembro de 2022 e março de 2023, em diferentes horários, em dias úteis, feriados e finais de semana. As observações desenvolveram da seguinte forma: toda a extensão da Av. Olívia Flores foi percorrida e os sujeitos foram observados enquanto realizavam diversas práticas socioespaciais, de modo



correlacionado com a discussão teórica previamente levantada, complementadas por registros fotográficos.

A aplicação dos questionários ocorreu por meio da abordagem de grupos de transeuntes e entrega de um link e/ou QR Code para acesso do formulário online que continha as perguntas. Em todas as ocasiões foi solicitado o compartilhamento do mesmo entre conhecidos que também usam o espaço público da Av. Olívia Flores, visando ampliar a coleta de dados. Após a aplicação de 49 questionários, os marcadores interseccionais de gênero, raça, escolaridade e faixa de renda das pessoas que utilizam o espaço público da Av. Olívia Flores foram analisados em conjunto com as práticas socioespaciais observadas no local, bem como com a configuração física do mesmo, correlacionando todas as informações com as teorias previamente estudadas. Por se tratar de parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, os instrumentos para coleta de dados, bem como toda a proposta de pesquisa foram previamente submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB.

ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O pensamento geográfico sobre o conceito de espaço passou por transformações nas últimas décadas do século XX. Nos primórdios da geografia como disciplina, o espaço foi pensado como palco da ação do homem, enquanto que hoje compreende-se o espaço como produto da sociedade, que ao reproduzir-se, o faz em determinado espaço, produzindo-o e dele se apropriando como condição e meio para sua reprodução (Carlos, 2020b). Carlos (2020b) considerou ainda a teoria de Henri Lefebvre, sobre a produção do espaço, como categoria central de análise geográfica. O espaço, conforme Lefebvre (1991), sendo um produto social, carrega em si as relações de produção (divisão do trabalho) bem como as relações sociais de reprodução (relações entre os sujeitos que possibilitam a reprodução da vida), em um movimento no qual se encontram intrinsecamente conectadas e dependentes umas das outras.

A tríade lefebvriana, que descreve as dimensões simultâneas em que o processo de produção do espaço ocorre, é composta pelas práticas espaciais, pelas representações do espaço e pelos espaços de representação. Essas dimensões devem ser lidas e analisadas de forma interdependente entre si, dado que a produção do espaço não é resultado da somatória desses processos separadamente, mas do movimento dialético ininterrupto que se desenvolve entre elas ao longo do tempo. As práticas espaciais se referem ao espaço percebido por meio do corpo (através dos gestos e comportamentos, dos sentidos, da execução de atividades, do trabalho, etc.), no decorrer das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos (Lefebvre, 1991). As representações do espaço são o espaço concebido de acordo com o modo de produção vigente

na sociedade, carregado de ideologias, por meio do qual a textura do urbano se modifica. Os espaços de representação são as imagens que cada pessoa constrói em seu imaginário e que representam os espaços onde vivem, e são apreendidos através da vivência (Lefebvre, 1991).

A compreensão dos espaços públicos urbanos como um produto social encara os obstáculos da ilusão da transparência e da ilusão realista, explanadas por Lefebvre (1991). Esses espaços são concebidos de acordo com o que é ditado pelas ideologias mantidas pelo modo de produção capitalista, fazendo com que suas configurações físicas carreguem signos e características que visam perpetuar as condições que sustentem a sociedade atual, que é desigual. A ilusão realista faz parecer que é possível apreender o espaço através de sua materialidade, sendo que somente é possível compreender as resistências à ordem distante imposta por meio das práticas espaciais e por meio dos espaços de representação – isto é, por meio da vivência e da percepção do espaço através do corpo. Após a superação das ditas ilusões converte-se em possibilidade a apreensão dos espaços públicos urbanos de modo real e concreto dentro do processo de produção.

A origem dos espaços públicos, de acordo com Gomes (2002), está atrelada ao surgimento da democracia grega, a começar de uma reorganização do território que estabeleceu um sistema de representação política de base espacial, através de uma divisão territorial. De seu surgimento até os dias atuais, os espaços públicos mantiveram diferentes relações com a cidade, de acordo com as mudanças ocorridas nas sociedades que dele se apropriaram. Para Serpa (2004, 2018) esses lugares representam, para a cidade contemporânea, locais de possibilidade de ação política e de manifestação cultural. Entretanto, esse autor constatou que os espaços públicos passam por um processo de privatização e redução de seu caráter público, visto que as práticas urbanas que ocorrem nos espaços públicos se desenvolvem em processo de territorialização, erguendo barreiras simbólicas que excluem parte da população, contribuindo para a privatização desses locais.

Para Carlos (2020a), manifestações recentes de movimentos sociais⁵ realizadas em espaços públicos urbanos representaram um resgate de uma esfera pública que coloca o cidadão em posição de reivindicar sua participação na tomada de decisões sobre a cidade. Entretanto, a própria autora ressalta a importância de se analisar o cenário de fundo desses eventos no intuito de diferenciar disputa e rebelião de revolução. A cidade contemporânea, sob a égide do capitalismo, possui a propriedade privada como elemento norteador. Esse cenário denota a contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação, que é privada. Carlos (2020a)

⁵ As manifestações a que a autora se referem ocorreram antes de 2019, visto que o texto em questão foi apresentado em uma das mesas-redondas durante o XVI SIMPURB - Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em 2019.

afirmou que essa contradição se evidencia nas insurgências dos movimentos sociais que questionam “as políticas espaciais voltadas ao processo de valorização do capital, em detrimento da realização da vida” (Carlos, 2020a, p. 52). A materialização dessa contradição pode ser identificada no espaço urbano, através da oposição dos valores de troca e valores de uso do solo. Assim, as manifestações dos movimentos sociais concretizaram e escancararam esse movimento contraditório da produção social do espaço por meio do uso dos espaços públicos como espaços das lutas.

A análise realizada por Carlos (2020a), apesar de válida, não se aplica incontestavelmente em todas as cidades. A realidade concreta de cada espaço público urbano deve ser investigada, na busca da compreensão do lugar, sem deixar de considerar as relações estabelecidas com ordens mais distantes. Dito isso, mesmo que esse resgate do espaço público como esfera pública tenha se desenvolvido em alguns locais, em muitos outros lugares essas insurgências não ocorrem. Não obstante, é plausível afirmar que a produção dos espaços públicos urbanos é permeada de conflitos, entremeada por lutas nas quais, de um lado, a lógica de acumulação do capital orienta a privatização da propriedade e, de outro, as necessidades da vida cotidiana demandam acesso a cidade, como condição necessária a reprodução da vida.

Carlos (2020a) colocou os espaços públicos como centralidade, representando “o acesso de todos aos direitos existentes, bem como na criação de novos direitos, é o lugar de visibilidade dos novos sujeitos políticos” (Carlos, 2020a, p. 61). A autora pontuou, inclusive, mesmo que de maneira breve, sobre a importância da corporeidade nesse processo, sem a qual o encontro dos sujeitos não seria viável, sendo os corpos a materialidade das reivindicações que ecoaram nas vozes dos eventos que a autora denominou como insurgências. A produção dos espaços públicos urbanos passa a ser lida pela lente do direito à cidade, no qual estes assumem função fundamental na construção da sociedade urbana delineada por Lefebvre (2001).

A sociedade urbana como projeto político, de acordo com Lefebvre (2001), será concretizada por meio do urbano real (ideal, como deve ser), e só poderá se realizar através de uma revolução que somente a classe operária pode protagonizar, sendo possível inferir que a espacialidade dessa revolução se dará nos espaços públicos urbanos. A utopia almejada pelo direito à cidade incorpora o direito às condições de sobrevivência, à obra e à participação, à natureza, à apropriação (que se difere do conceito de propriedade), ao habitat e ao habitar, em suma, engloba o direito à realização de uma vida plena incluindo o gozo e a festa no urbano, sendo as práticas realizadas em espaços públicos indissociáveis da concretização dessa utopia.

Ao considerar que as práticas espaciais delineadas por Lefebvre (1991) encerram as relações sociais desenvolvidas no espaço e visando a utilizando de um termo mais adequado à

ciência geográfica, a terminologia a ser empregada nesse trabalho será prática socioespacial.

Souza (2007) afirmou que a utilização da expressão “sócio-espacial” seria o “caminho mais frutífero e coerente para transcender, de uma perspectiva crítica, tanto o ‘objetivismo’ quanto o ‘subjetivismo’ ” (Souza, 2007, p.112) visto que o termo englobaria as relações sociais e o espaço social e o vínculo entre ambas. Entretanto, como afirmado por Catalão (2011), o uso da grafia socioespacial não desconsidera o sentido que Souza (2007) atribuiu a “sócio-espacial”. Catalão (2011) pontuou acertadamente que o uso da expressão “diferenciação socioespacial” se referindo a uma “diferenciação espacial” foi o cerne do problema conceitual levantado por Souza (2007), mas isto não torna o termo “sócio-espacial” mais adequado. Assim sendo, fica estabelecido para a análise que se segue, o emprego do termo socioespacial, se referindo não apenas ao espaço social, mas a este em conjunto com as relações sociais nele desenvolvidas.

Em suma, ao começar do entendimento do conceito de produção do espaço, não se pode prescindir das práticas socioespaciais quando se pretende compreender a realidade concreta de um espaço público. Indo além desta constatação, infere-se que os corpos que protagonizam essas práticas enquanto produzem e se apropriam dos espaços, reproduzindo os ditames de uma ordem distante ou sendo resistências às hegemonias existentes, não devem ser desconsiderados – ainda que entenda-se que a luta de classes configura o principal ponto de partida para compreensão da realidade de produção do espaço urbano.

CORPOREIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO

A teoria da produção do espaço, como delineada por Lefebvre na década de 1970, não prescindiu da importância do corpo, mas procurou superar a dicotomia mente e corpo, evidenciando a relação dialética que existe entre espaço e corporeidades, dado que um corpo não existe sem o espaço, ao mesmo tempo em que o espaço só pode ser produzido por corpos concretos que existem e resistem (Ramos; Milani, 2022). Apesar da perspectiva do corpo ter ingressado tardiamente nos estudos das ciências geográficas, em comparação com outras áreas do conhecimento, importantes contribuições têm sido produzidas a partir desse viés⁶.

Ramos e Milani (2022) destacaram Lefebvre como um dos pioneiros na construção do entendimento da relevância do espaço na reprodução do capital, sem abandonar o vínculo com a vida cotidiana das pessoas. Esse pensamento se revela válido, todavia as contribuições de Lefebvre têm sido utilizadas na geografia brasileira, a priori, associadas às relações sociais

⁶ Ver, por exemplo, as contribuições do Grupo de Trabalho Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades presente no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia – ENANPEGE, em Ratts et al., 2016.

econômicas, em detrimento da importância do corpo na compreensão da produção do espaço (Silva, Ornat, Junior, 2019). O espaço, a despeito de ser apreendido matematicamente, somente se torna cognoscível a partir da experiência humana, e essa experiência decorre através do corpo. São as ações concretas dos corpos dos sujeitos no espaço que viabilizam a produção do mesmo, em um movimento dialético no qual o espaço produzido passar a ser apropriado pelos sujeitos, por meio dos corpos, como condição e meio para sua reprodução/produção.

Portanto, é sob tal perspectiva de um espaço corporificado que se abre um enorme potencial heurístico para as pesquisas socioespaciais, pois com ela é possível entender as multiplicidades de formas e estruturas espaciais sem perder as ações dos sujeitos nas suas produções, como de um “espaço consumido”, “espaço homoafetivo”, “espaço como meio”, “espaço usado”. Não é apenas um receptáculo de coisas e objetos, mas espaços sociais, que são construídos e se projetam pelos sujeitos nas suas corporeidades práticas, vivências e representações (Ramos; Milani, 2022, p. 12).

A tríade lefebvriana, que trata do espaço percebido, concebido e vivido, se mantém a partir do corpo, protagonista das relações sociais que se estabelecem no espaço, influenciadas por hegemonias sustentadas pela classe dominante. Os modos pelos quais a “ordem próxima” das relações sociais reproduz os ditames da “ordem distante” têm suas representações nas existências e resistências das corporeidades. Ramos e Milani (2022) afirmaram que “as clivagens sociais e simbólicas têm no corpo suas primeiras ordens de referência, recortes e classificações” (Ramos; Milani, 2022, p. 4), dado que imposições são colocadas sobre o corpo de cada sujeito ao nascer, através de classificações que levam em consideração características físicas, visando ditar comportamentos, regular direitos e perpetuar hierarquias entre grupos. Em contrapartida, é por meio do corpo que resistências se constroem em um processo de disputa pelo direito de ser diferente dos padrões impostos, e são essas formas de resistir que tornam o corpo “uma instância de luta no espaço e na vida social.” (Ramos; Milani, 2022, p. 4). Através da compreensão dessas maneiras de existir e resistir, representadas pelas corporeidades, se torna possível superar a ideia de espaço abstrato a partir do entendimento de que o espaço é diferencial.

O espaço, por sua vez, por ser compreendido de forma relacional, comporta as relações que são reinventadas, a partir de configurações aleatórias, podendo tanto reforçar a exclusão daqueles que estão fora da regulação de gênero heteronormativo como podem ser também um elemento de resistência à ordem estabelecida (Ratts et al, 2016, p. 241).

Silva, Ornat e Junior (2019) afirmaram, com base na obra *The production of space* de Henri Lefebvre (1991), que o espaço “enquanto um produto da capacidade do corpo humano, pode ser pensado também como possibilidades de resistências às lógicas estabelecidas pelas relações hegemônicas de poder” (Silva, Ornat, Junior, 2019, p. 64-65). O espaço abstrato,

formado a partir da apropriação da primeira natureza (espaço absoluto) e transformação na segunda natureza, não é homogêneo mas caminha em busca da homogeneização. Essa busca resulta da suplantação do valor de troca sob valor de uso, processo no qual tudo se converte em mercadoria, inclusive o espaço e os próprios corpos dos sujeitos, que passam a ser vistos como simples usuários e não produtores do espaço. Entretanto, contraditoriamente, os corpos resistem e produzem o espaço enquanto dele se apropriam, fazendo emergir no seio dessas contradições o espaço diferencial (Silva, Ornat, Junior, 2019).

Lefebvre (1991) visualizou nos espaços de lazer perspectivas de resistências contra a homogeneização almejada pelo espaço abstrato, dado que mesmo que esses locais sejam dominados pela lógica mercadológica, ainda permitem/possibilitam que os corpos que dele se apropriam expressem suas individualidades, produzindo diferenciações. Neste artigo se busca estender essa possível realização às práticas socioespaciais que se desenvolvem em espaços públicos urbanos, sendo estes lugares de possibilidade das práticas de lazer. Ao considerar tal premissa, infere-se a necessidade de compreender o processo de produção dos espaços públicos urbanos tendo o corpo como elemento importante, protagonista das relações sociais.

Silva, Ornat e Junior (2019) demonstraram que a corporeidade presente na teoria lefebvriana foi negligenciada pela produção científica da geografia brasileira e os tardios (e escassos) estudos sobre o corpo nas análises geográficas se concentram após os anos 2000. Esse cenário se mostra contraditório com as concepções de Lefebvre em *The Production of Space*, que aborda a interdependência entre produção / reprodução, de acordo com a análise realizada pelos autores Silva, Ornat e Junior (2019). Ressalta-se aqui o potencial de resistência dos espaços públicos nesse processo, visto que mesmo sendo espaços dominados por hegemonias, possuem a capacidade de serem espaços de resistências, ao permitirem que os corpos que lutam para existir se mostrem e resistam, no decorrer das práticas socioespaciais.

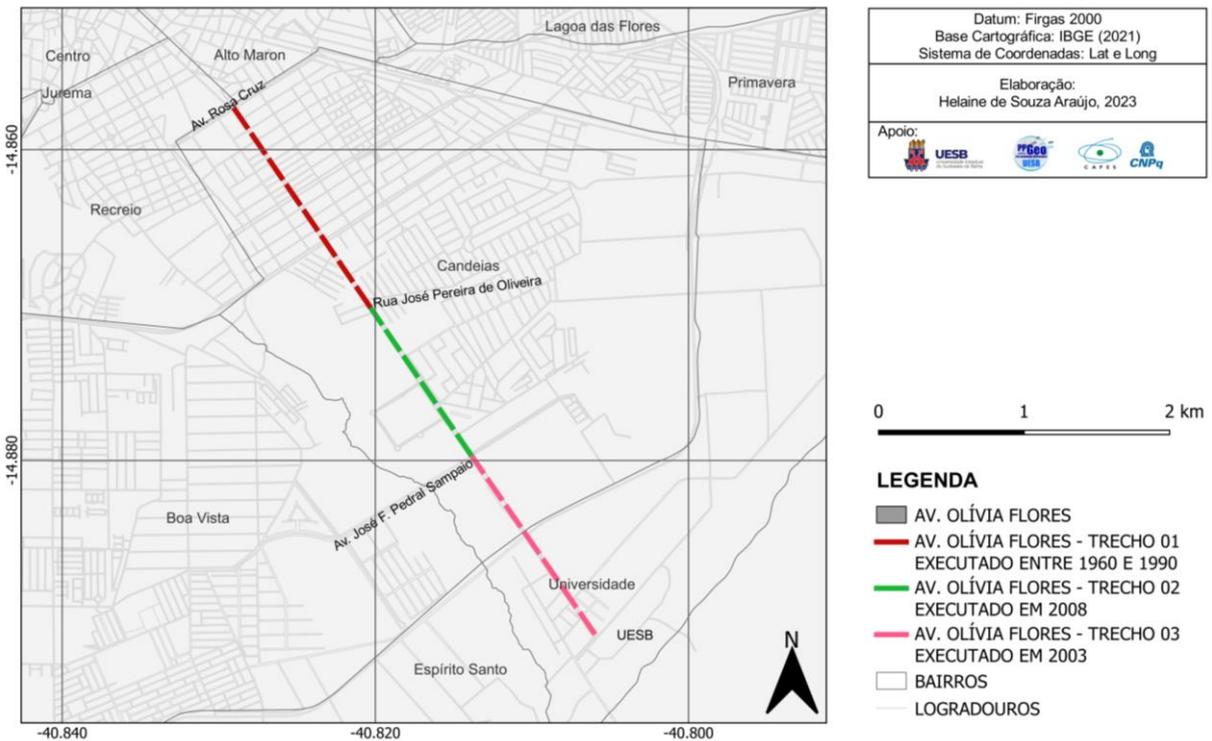
CORPOREIDADES NAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DA AV. OLÍVIA FLORES EM VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

No intuito de exemplificar a discussão teórica desenvolvida nos tópicos anteriores, a Av. Olívia Flores em Vitória da Conquista – BA foi elencada como amostra. Observações sistematizadas foram realizadas nesse lugar visando embasar, empiricamente, a reflexão desenvolvida acerca da relevância de se reconhecer as corporeidades no processo de produção do espaço público urbano no contexto da cidade contemporânea. As observações que ocorreram entre setembro de 2022 e março de 2023 se mostraram fonte valiosa de conhecimento acerca dos sujeitos que utilizam esse espaço público e, portanto, configuraram a base para elaboração



deste estudo em conjunto com os dados obtidos por meio da aplicação dos 49 questionários. O mapa 01 mostra a localização do espaço público em questão e identifica os bairros situados em seu entorno imediato: Candeias e Universidade.

MAPA 01 - Localização da Av. Olívia Flores e dos bairros do entorno imediato, em Vitória da Conquista – BA.



Fonte: IBGE (2021), elaborado por Araújo, 2023

Ao analisar a área ocupada e a população residente em cada um dos bairros, de acordo com a tabela 01, percebe-se que Candeias e Universidade possuem densidades demográficas diferentes, sendo que este último se classifica como área de expansão urbana em decorrência de sua baixa ocupação, de acordo com o plano diretor municipal (PMVC, 2006). Além disso, foi possível observar ao longo do espaço público estudado, diversos locais caracterizados por solo urbano não edificado, em possível processo de especulação imobiliária. A existência de um espaço público como a Av. Olívia Flores em uma área de baixa densidade demográfica estimula a valorização do solo urbano e, conseqüentemente, fomenta uma diferenciação do perfil da população residente em seu entorno.

TABELA 01 - População dos bairros do entorno da Av. Olívia Flores de acordo com IBGE, 2010

	BAIRRO	TOTAL	SEXO	
			HOMENS	MULHERES
AV. OLÍVIA FLORES	CANDEIAS	16.933	7.723	9.210
	UNIVERSIDADE	893	470	423

Fonte: Adaptado de Rocha, 2015



A Av. Olívia Flores se inicia na Av. Rosa Cruz e se estende até a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Durante as observações realizadas, toda a extensão deste espaço público foi percorrida e a primeira característica que pôde ser constatada é a existência de trechos com atributos distintos que apresentam, conseqüentemente, formas diferentes de apropriação do espaço. O trecho 01 se inicia na Av. Rosa Cruz e termina no Inocoop 2, coincidindo com a área englobada por um projeto de reforma recentemente executado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. A configuração física desse trecho se caracteriza por estimular o deslocamento dos sujeitos usuários, através de calçadas, ciclovias e áreas gramadas com paisagismo, sem nenhum tipo de mobiliário urbano que possibilite ou estimule a permanência das pessoas, como pode ser observado nas Figuras 01 e 02.

FIGURA 01 - Registros fotográficos do trecho 01 - recentemente reformado da Av. Olívia Flores, em Vitória da Conquista - BA



Fonte: Araújo, 2022

FIGURA 02 - Registros fotográficos do trecho 01 - recentemente reformado da Av. Olívia Flores, em Vitória da Conquista - BA



Fonte: Araújo, 2022

O trecho 02, que começa no Inocoop 2 e se encerra na Av. José F. Pedral Sampaio e o trecho 03 que se estende até a UESB, carregam em si características distintas em relação ao trecho 01 recém reformado. Apesar da configuração física predominante também estimular o



deslocamento (calçadas e ciclovias), elementos que possibilitam a permanência da população foram observados nessa segunda parte, como bancos, uma fonte d'água e equipamentos de ginástica, como destacado nas figuras 03 e 04. Ao analisar as figuras de 01 a 04 se torna visível a distinção identificada entre os dois trechos.

FIGURA 03 - Registros fotográficos de bancos no trecho 03 da Av. Olívia Flores, em Vitória da Conquista - BA



Fonte: Araújo, 2022

FIGURA 04 - Registros fotográficos de equipamentos de ginástica no trecho 03 da Av. Olívia Flores, em Vitória da Conquista - BA



Fonte: Araújo, 2022

No decorrer das observações realizadas foram identificadas, no primeiro trecho, predominantemente, práticas de lazer e exercícios físicos, nas quais as pessoas caminhavam e/ou corriam pelos passeios e transitavam de bicicleta pelas ciclovias. Apenas no local em frente ao Supermercado G Barbosa, espaço contemplado com estruturas de concreto que se assemelham a bancos, foi possível visualizar pessoas sentadas conversando. Enquanto isso, uma outra forma de apropriação do espaço público foi identificada no segundo trecho da Av. Olívia Flores, próximo à área onde existe uma fonte, na qual foram observadas pessoas conversando, crianças brincando, e comércio de alimentos e serviços (aluguel de brinquedos e venda de alimentos, como água de coco, pipoca, entre outros) além de uma continuação das práticas de lazer e exercícios físicos.



Margeando o primeiro trecho da Av. Olívia Flores existe uma série de estabelecimentos comerciais. Muitos destes empreendimentos, especialmente aqueles do gênero alimentício, possuem bancos, cadeiras e mesas, algumas fixas e outras removíveis, possibilitando que muitas pessoas se sentem e permaneçam no lugar – diferentemente do espaço público do logradouro, que não estimula/possibilita a permanência (ver Figura 05). Em vários exemplos, as mesas e cadeiras ocupam o espaço das calçadas. Infere-se que estes estabelecimentos – espaços privados – se apropriam da paisagem do canteiro central da Av. Olívia Flores – espaço público – como meio de embelezamento e consequente valorização dos produtos e serviços comercializados, além da valorização do próprio metro quadrado dos imóveis. Somente é convidado a permanecer e desfrutar da Av. Olívia Flores aqueles que podem consumir nos espaços privados, os sujeitos que não o fazem são estimulados a apenas atravessar este espaço público – e esta análise é corroborada pelos dados obtidos através dos questionários.

FIGURA 05 - Registros fotográficos de estabelecimentos privados ao longo da Av. Olívia Flores, em Vitória da Conquista - BA



Fonte: Araújo, 2022

Também foi constatado, durante as observações, a retirada dos poucos bancos que haviam no trecho entre a Av. Rosa Cruz e a Av. Brasil, no decorrer da recente reforma realizada pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. A configuração física concebida para essa parte da Av. Olívia Flores não possui elementos que estimulem ou possibilitem a permanência de pessoas em seu espaço público, dado que sua configuração física se resume a ciclovias, passeios e áreas gramadas com paisagismo. A inexistência de espaços de permanência no canteiro central desse logradouro público estimula o consumo nos (e dos) espaços privados que margeiam a Av. Olívia Flores, visto que estes são locais repletos de mesas e cadeiras destinadas àqueles que podem consumir os produtos e, consequentemente, o lugar.

Por conseguinte, o espaço público da Av. Olívia Flores assume a função de valorizar visualmente esse recorte espacial da cidade, contribuindo com a consumação desse espaço em

produto mercantilizado, e se tornando ele próprio uma mercadoria, indisponível para toda a população, apenas para aqueles que podem arcar com os custos para ali permanecerem. Esse lugar, concebido para um grupo específico de pessoas, reproduz hegemonias ditadas por uma ordem distante, e essa constatação se torna possível pelo reconhecimento dos corpos que dele se apropriam. Para tal, segue-se agora a análise dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Entende-se que para compreender a corporeidade na produção dos espaços públicos se torna necessário reconhecer quais os corpos que se apropriam do lugar e de que forma as características desses corpos se associam com as relações sociais que se estabelecem nessas formas de apropriação. Com esse intuito traçado, optou-se por identificar os marcadores interseccionais de gênero, raça, faixa de renda e escolaridade dos sujeitos que utilizam a Av. Olívia Flores em conjunto com as práticas socioespaciais nela desenvolvidas. Importante ressaltar que a identificação dos marcadores ocorreu por meio do questionamento direto dos sujeitos através de aplicação de questionário, de modo que as respostas representam as características com as quais cada indivíduo se identifica.

Dos 49 usuários do espaço público questionados, 65,31% se declararam como sendo do gênero feminino (32 mulheres) e 34,69% do gênero masculino (17 homens). Entre as mulheres, 43,75% se declararam pardas, 46,87% brancas, e 6,25% pretas e apenas 1 se identificou como amarela. Em relação à escolaridade, 93,75% declararam ter ensino superior completo e 12,5% possuem ensino superior incompleto. Com relação à renda, a pesquisa revelou que 18,75% das mulheres declararam receber até 3 salários mínimos (9,37% até 1 salário mínimo e 9,37% entre 1 e 3 salários mínimos) enquanto que 81,25% recebem acima de 3 salários (37,5% entre 3 e 5 salários mínimos, 37,5% entre 5 e 10 salários mínimos e 6,25% acima de 10 salários mínimos).

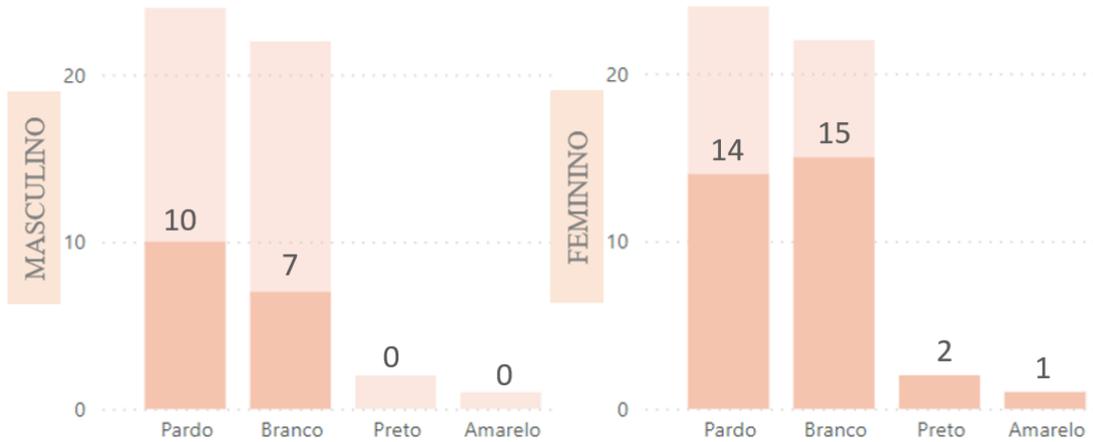
Com relação aos homens, 58,82% se declararam pardos e 41,17% brancos e nenhum se declarou como preto ou amarelo. Em relação a escolaridade a pesquisa apontou que 82,35% possuem ensino superior completo, em contraponto aos 17,64% que possuem ensino superior incompleto. No tocante a renda, 82,35% declararam receber acima de 03 salários mínimos (35,29% entre 3 e 5 salários mínimos, 29,41% entre 5 e 10 salários mínimos e 17,64% acima de 10 salários mínimos) e 17,64% recebem até 1 salário mínimo.

A partir das informações obtidas algumas análises podem ser feitas. Os dois usuários do espaço que se declaram pretos são do gênero feminino (Figura 06), com renda entre 5 e 10 salários mínimos e possuem ensino superior completo. O fato de apenas 2 pessoas, dentre 49 questionados, se declararem como pretas pode indicar uma branquitude como característica dos corpos que produzem/reproduzem o espaço público da Av. Olívia Flores. Essas mulheres



residem no bairro Candeias, onde se localiza a Avenida Olívia Flores, que é uma região conhecida por possuir um dos metros quadrados mais caros de Vitória da Conquista - BA. Esta informação sugere que as pessoas que se identificaram como pretas e frequentam o espaço podem sentir-se pertencentes àquele local por residirem no bairro. Isso pode ocorrer por diversos fatores, como familiaridade com a região e estreitamento de laços sociais.

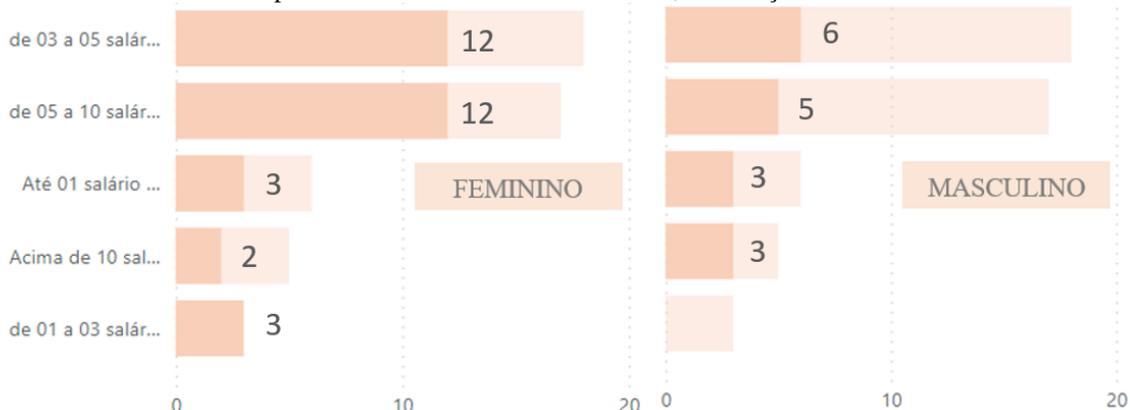
FIGURA 06 - Resultado obtido a partir do questionamento sobre a raça na aplicação de 49 questionários para transeuntes na Av. Olívia Flores, em março de 2023



Fonte: organizado pelas autoras, 2023

Primeiramente, é importante destacar a predominância de faixas de renda mais elevadas entre os 49 sujeitos pesquisados (figura 07), o que revela o caráter elitista desse espaço público. Ao considerar que Vitória da Conquista – BA possuía, em 2020, um salário médio mensal entre os trabalhadores formais de 1.9 salários mínimos (IBGE, 2022) e o pequeno percentual de 17,4% de pessoas com 25 anos ou mais que possuem o ensino superior completo no Brasil até 2019 (IBGE, 2012-2019), as informações coletadas revelam o caráter elitista desse espaço público. A Av. Olívia Flores apresenta, portanto, uma hegemonia de uma classe dominante que possui, como consequência, mais facilidade de acesso à educação superior.

Figura 07 - Resultado obtido a partir do questionamento sobre a faixa de renda na aplicação de 49 questionários para transeuntes na Av. Olívia Flores, em março de 2023

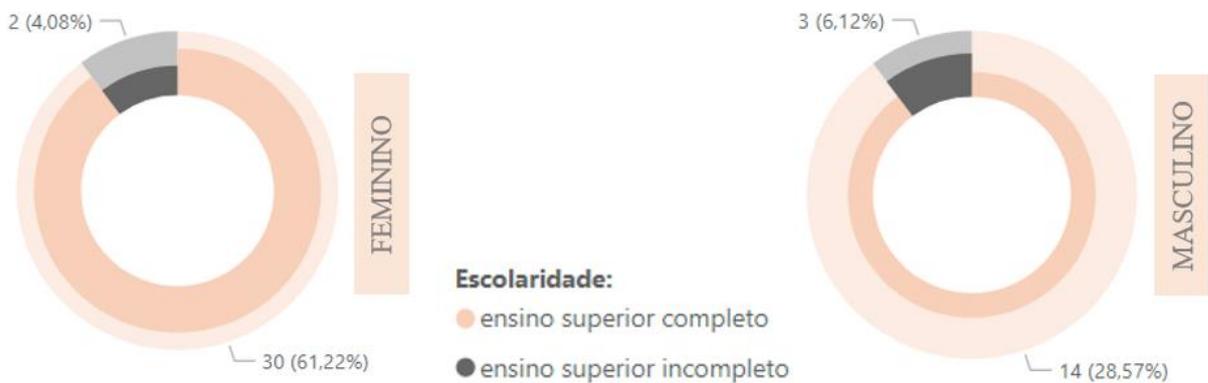


Fonte: organizado pelas autoras, 2023



Corroborando com esse fato, a figura 08, que evidencia o predomínio de um nível de escolaridade alto (ensino superior completo) pode ser visualizada. A Av. Olívia Flores apresenta, portanto, uma hegemonia de uma classe dominante que possui, como consequência, mais facilidade de acesso à educação superior. De fato, este trabalho não nega a primazia da luta de classes no entendimento dos conflitos e contradições inerentes ao urbano, mas apresenta uma complementação a essa análise a partir de um viés interseccional, por meio da apreensão da corporeidade dos sujeitos.

Figura 08 - Resultado obtido a partir do questionamento sobre a escolaridade na aplicação de 49 questionários para transeuntes na Av. Olívia Flores, em março de 2023



Fonte: organizado pelas autoras, 2023

Os questionários também mostraram que entre os usuários que se declararam pardos, 95,83% possuem ensino superior completo, o que sugere que esse grupo tem um alto nível de escolaridade. Além disso, 91% dos usuários pardos possuem uma renda acima de 3 salários mínimos, o que pode indicar um maior poder aquisitivo desse grupo. Por fim, os usuários pardos compõem 60% do total de entrevistados que declararam ter uma renda familiar acima de 10 salários mínimos, o que indica uma presença significativa desses entre as pessoas com maiores faixas de renda. Em resumo, os dados sugerem que, entre os usuários pardos, há uma proporção significativa de pessoas com alto nível educacional e poder aquisitivo.

Com base nessa constatação, uma análise pode ser feita: das 6 pessoas que declararam faixa de renda de até um salário mínimo, 4 são brancas e 1 se declarou como amarela. Percebe-se que a cor dos corpos das pessoas de baixo poder aquisitivo que frequentam o local parece indicar um privilégio branco: mesmo não integrando a parcela da população com faixa de renda mais elevada, pessoas brancas aparentam ter mais facilidade de acesso a esse espaço público elitizado. Simultaneamente, observou-se a ausência de pessoas pretas e pardas com níveis mais baixos de escolaridade e renda no recorte da pesquisa, que ocorreu nos fins de tarde, período utilizado predominantemente para o lazer. Esses dados fomentam o questionamento do caráter

público da Av. Olívia Flores, visto que esta parece configurar um espaço concebido para um tipo específico de público. Esses resultados levantam a reflexão sobre a possibilidade da persistência da discriminação e do racismo nesse ambiente, ainda que 53% do total de entrevistados se declararem negros (pertencentes ao grupo de pessoas que se declaram pardos e pretos). Isso sugere que essas pessoas precisam possuir um nível acadêmico e socioeconômico elevado para integrarem o grupo de pessoas que frequenta esse espaço público.

O espaço público da Av. Olívia Flores também é produzido através de processos de territorialização, nos quais os grupos de sujeitos que dele se apropriam estabelecem barreiras simbólicas que impedem o acesso daqueles considerados fora do padrão esperado de um usuário desse lugar – *outsiders*⁷. Durante as observações realizadas nesse espaço público, pessoas em situação de rua não foram visualizadas. Ainda que Vitória da Conquista – BA possua políticas públicas de atendimento à população de rua⁸ (PMVC, 2022), a Av. Olívia Flores se caracteriza como um espaço que poderia ser comumente apropriado por essa população como local de moradia, e a ausência desta revela indícios de que um processo similar ao identificado por Robaina (2011) no Rio de Janeiro se desenvolve também nesta cidade. No lugar do mimetismo social como estratégia para manter a invisibilidade, as pessoas em situação de rua parecem não utilizar o espaço público da Av. Olívia Flores (ou o fazem em horários que dificultem sua observação), fazendo com que sua existência se torne invisível para aqueles que costumam utilizar esse espaço, construindo a imagem de que esse conflito social não faz parte da realidade da cidade.

Outra leitura que pode ser feita nessa mesma conjuntura, no que se refere ao contexto das pessoas em situação de rua, é a existência de esforços institucionais para ocultar e invisibilizar esses sujeitos, impossibilitando que permaneçam no espaço, contribuindo para a criação de uma imagem de cidade “limpa”, dado que bancos em espaços públicos podem ser utilizados como local de estadia para pessoas em situação de rua. Essa observação corrobora com algo já abordado por Serpa (2018) que entendeu os espaços públicos como integrantes de estratégias que visam controlar a imagem da cidade, de modo que “trabalhando para as classes médias urbanas, o Estado parece produzir apenas objetos e imagens que são, na verdade, testemunhos da desintegração e da desorganização da cidade contemporânea” (Serpa, 2018, p.

⁷ Para melhor compreensão do termo, ver: Becker, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, [1963] 2008.

⁸ “A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes) organiza as ações por meio da Coordenação de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que inclui o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) Adulto, Centro Pop Criança e Adolescente e unidades de acolhimento para pernoite temporário (abrigos provisórios).” (PMVC, 2022).

38) Essa remoção, mesmo que indireta, das pessoas em situação de rua, também foi o cerne de estudo de Smith (2000) que afirmou:

Expulsos dos espaços privados do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam os espaços públicos, mas sua presença na paisagem urbana é contestada com fúria. Sua visibilidade é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares – para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais (Smith, 2000, p. 135).

A produção do espaço público da Av. Olívia Flores parece atender a ditames específicos distantes da realidade do cotidiano de parte da população. As estratégias que buscam inviabilizar determinados grupos podem ser rompidas a começar das resistências que se realizam por meio do corpo. Quando corpos, que não integram os grupos para os quais a Av. Olívia Flores é concebida, se fazem presentes nesse espaço público, escancaram os conflitos inerentes ao processo de produção do mesmo. Isso revela a urgência em conhecer e reconhecer as corporeidades quando se objetiva apreender a realidade concreta do processo pelos qual os espaços públicos urbanos são produzidos na cidade contemporânea. Esse trabalho, portanto, não se encerra aqui, mas evidencia a necessidade de se prolongar essa investigação, contribuindo com uma compreensão cada vez mais próxima da realidade desses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não intencionou responder diretamente um questionamento, mas buscou contribuir com a discussão sobre a contribuição da corporeidade na análise da produção de espaços públicos por meio das práticas socioespaciais. A partir do exemplo empírico da Av. Olívia Flores foi possível constatar que a análise da produção do espaço por meio das práticas socioespaciais pode se valer do reconhecimento dos corpos que protagonizam essas práticas, visando tornar a compreensão mais completa, sem negar a primazia da luta de classe nesse processo. As observações sistematizadas possibilitaram uma aproximação com o lugar, além de alicerçarem questões importantes sobre a veracidade do caráter público desse espaço.

As observações realizadas na Av. Olívia Flores permitiram identificar marcadores que caracterizam os corpos que protagonizam as práticas socioespaciais. Percebeu-se que este espaço público não é apropriado por pessoas pobres e pretas para as práticas de lazer e esportes, sendo que este lugar é majoritariamente usufruído por pessoas com faixa de renda elevada e com acesso a educação superior. Quando corpos que não fazem parte destes grupos privilegiados ocupam o espaço público da Av. Olívia Flores, eles escancaram as contradições deste espaço e evidenciam conflitos inerentes ao processo de produção do mesmo. Entretanto, a aplicação dos questionários se limitou ao horário de fim de tarde, no qual a apropriação do

espaço para práticas de lazer predominou. Isso revela a importância de se conhecer e reconhecer as corporeidades quando se objetiva apreender a realidade concreta do processo pelos qual os espaços públicos urbanos são produzidos na cidade contemporânea.

Ressalta-se a necessidade de estender a aplicação dos questionários abrangendo outros horários, visando a continuação desta pesquisa e a apreensão mais concreta dos conflitos inerentes a realidade deste local. Espera-se continuar este trabalho em pesquisas futuras, que permitam conhecer mais profundamente as práticas socioespaciais realizadas em espaços públicos urbanos e sua relação com os corpos que as protagonizam, se reproduzindo e produzindo o espaço no processo.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seriam as cidades rebeldes? In: BARROS, A. M. L.; ZANOTELLI, C. L.; ALBANI, V (orgs.). **Geografia urbana: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2020b.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 39-62, jul. / dez., 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, [1974] 1991. Título original: *La production de l'espace*.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, [1968] 2001. Título original: *Le Droit à la ville*.

PMVC. Conheça as ações desenvolvidas pela Prefeitura e por OSCs no atendimento à população em situação de rua. **PMVC**, Vitória da Conquista, 25 de jul. de 2022. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/conheca-as-acoes-desenvolvidas-pela-prefeitura-e-por-oscs-no-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua/#:~:text=Para%20informar%20sobre%20pessoas%20em,%2D9328%20ou%2098856%2D3140>>. Acesso em 26 de março de 2023.

RATTS, Alex *et al.* Geografia e diversidade: gênero, sexualidades, etnicidades e racialidades. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE**, p. 229-244, v.12, n.18, especial GT Anpege, 2016.

RAMOS, Élvis Christian Madureira; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **Revista GEOgraphia**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, vol. 24, n. 52, 2022.



ROBAINA, Igor Martins Medeiros. A Invisibilidade como Estratégia Espacial das Populações de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. **Revista Espaço Aberto**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG - UFRJ, v. 1, n.2, p. 167-176, 2011.

SERPA, Angelo. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 8, n. 1, p. 21-37, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123865>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 63-77, 2019.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-tetos e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papiрус, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan. / dez., 2007.

IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2012-2019.